

O PMDB e seu papel frente à bipolarização da competição partidária brasileira

Sergio Simoni Jr. (DCP - USP)¹ e Tiago Daher Padovezi Borges (DCP - USP)²

Resumo:

A bipolarização da eleição presidencial brasileira em torno de PSDB e PT convive com um quadro multipartidário ao nível subnacional no qual se destaca a força do PMDB nas eleições municipais. Assim, esse texto busca analisar se PSDB e PT, por meio das coligações nacionais, tem retornos eleitorais com a inserção local do PMDB. Utilizando-se de uma extensa base de dados ao nível do município, as análises multivariadas das eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010 mostram o pouco efeito da presença local do PMDB, assim como do PT, nos resultados eleitorais. Apenas o PSDB logrou algum tipo de congruência entre seu desempenho local e nacional. Assim, as evidências do presente paper permitem reavaliar as visões sobre a importância do poder local no Brasil e sobre a articulação partidária entre os níveis da federação.

Trabalho preparado para apresentação no III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 22 a 26 de abril de 2013.

¹ Doutorando do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

² Doutorando do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

1. Introdução

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) é um dos principais atores da democracia brasileira, desempenhou um papel central em toda a redemocratização e nos governos subsequentes. Sua importância para a formação e funcionamento das coalizões federais é indiscutível. Na arena eleitoral, ele se mantém como um das principais agremiações, principalmente nas disputas municipais. Entretanto, desconhecido é seu papel na eleição presidencial: curiosamente, o partido tem se esquivado nas últimas quatro disputas de ter um candidato próprio para presidência da república, sendo essas protagonizadas pelo PT e pelo PSDB, que por sua vez a cada disputa buscam diligentemente o apoio formal do PMDB às suas chapas. A importância do PMDB na eleição presidencial é assunto que merece investigação.

Um dos recursos possuídos pelo PMDB, e evidentemente cobiçado por PT e PSDB, é sua cota no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. Neste paper analisaremos outro “ativo” do partido. Dado o arcabouço federativo e multipartidário brasileiro, e tendo em vista a hegemonia do PMDB nas eleições locais, principalmente nos pequenos municípios, o foco será verificar se, na competição nacional, PT ou PSDB obtém vantagens eleitorais nos municípios governados pelo PMDB. O apoio do PMDB aos candidatos presidenciais do PT ou do PSDB garantiu mais votos a esses partidos nas cidades sob controle do PMDB?

A questão colocada toca em três tópicos importantes da agenda de pesquisa da Ciência Política: (1) as características do multipartidarismo e do federalismo brasileiro (2) os movimentos de coordenação pré-eleitoral da disputa presidencial, principalmente por meio das coligações eleitorais e (3) a importância das forças políticas locais.

A importância da dinâmica dos municípios para a política nacional é assunto clássico de nossa literatura política³. Recentemente, o foco nas cidades para compreensão da eleição presidencial entrou na agenda de pesquisas por meio do debate em torno da importância do Programa Bolsa Família para o desempenho do PT.

³ Como atestam as obras de Victor Nunes Leal, Oliveira Vianna, Orlando Carvalho, Nestor Duarte, dentre outros.

Argumenta-se, de modo geral, que a distribuição local dos recursos do programa tem impacto positivo no desempenho nacional desse partido.

Nesta discussão, porém, não se problematiza a importância dos partidos no nível local para a eleição nacional, menos ainda procura-se analisar particularmente a possível importância do PMDB nessa dinâmica eleitoral. Essa lacuna se torna ainda mais importante se notarmos que alguns argumentos formulados para explicar a inesperada bipolarização da eleição presidencial tocam na importância regional das coligações formadas pelo PT e PSDB: esses partidos foram capazes de encabeçarem chapas nacionalizadas, garantindo-lhes penetração em todo o país.

Nenhum outro partido mostra-se tão disperso pelo Brasil quanto o PMDB. Ao menos desde 1996, o partido foi aquele que mais conquistou prefeituras e cadeiras nas câmaras municipais, estando, ademais, alicerçado principalmente em municípios pobres e pequenos, conforme veremos abaixo. Certas interpretações diriam que são nesses municípios que os políticos locais desfrutariam de maior capacidade de mobilização. Sendo assim, torna-se importante verificar se esse “recurso” possuído pelo partido é transferido em votos para PSDB e PT, por meio das coligações nacionais. Logo, de certa forma, o paper também tem a proposta de avaliar a tese do poder local no Brasil.

A análise empírica contemplará três pleitos nacionais: 2002, 2006 e 2010. No primeiro ano considerado, o PMDB apoiou o incumbente PSDB, que saiu derrotado pelo PT. Em 2006, o PMDB manteve-se neutro nas coligações nacionais, e o PT conseguiu sua reeleição. Em 2010, quando o PT obtém seu terceiro mandato, era apoiado pelo PMDB. Esses três cenários diversos possibilitam uma razoável base para análise. Utilizaremos os dados⁴ e o modelo estatístico multivariado propostos por Zucco (2008; 2013).

Os resultados de diferentes modelos indicam que a presença local do PMDB teve, de modo geral, pouco impacto na disputa presidencial. Ademais, a articulação eleitoral entre prefeituras do PT e do PSDB e seus desempenhos nacionais mostram resultados contra-intuitivos: o PT, tido como o partido mais estruturado do País, apresenta relação negativa entre ambas as dinâmicas; o PSDB, por sua vez, tende a apresentar resultados positivos. Então, as evidências caminham tanto no sentido de se

⁴ Agradecemos o autor por disponibilizar seus dados no portal <http://thedata.org/>

repensar a tese da importância do poder local no Brasil quanto da capacidade de articulação partidária entre os distritos.

Para construção do problema e da investigação empírica, primeiramente, reconstruímos um pouco da produção acerca do PMDB, que destaca sua “inclinação localista”. Em seguida, apresentamos a visão acerca da importância do federalismo para o sistema partidário brasileiro, conectando-a com a literatura recente sobre a bipolarização da competição presidencial, em particular argumentos acerca da importância da coordenação pré-eleitoral, onde problematizamos o papel e posicionamento do PMDB. Depois, apresentamos o modelo empírico e as variáveis utilizadas, para assim mostrar os resultados do modelo. Por fim, têm-se as considerações finais.

2. A organização e o desenvolvimento do PMDB

O PMDB foi estudado a partir de diversas abordagens, proporcionando uma gama significativa de estudos e referências. Apresentaremos aqui apenas um recorte dos principais aspectos ressaltados pela literatura, que interessam ao nosso problema. Eles podem ser organizados a partir de três pontos inter-relacionados: 1- A importância de sua origem (MDB) para sua estruturação futura; 2- a organização interna altamente descentralizada; 3- a inclinação para disputas municipais.

Um referencial teórico que abrange esses diagnósticos formulados pela literatura sobre o PMDB é o formulado por Panebianco (2005), que defende que “o modo pelo qual se distribuem as cartas e os resultados das diversas partidas que se desenvolvem na fase genética e nos momentos imediatamente seguintes continuam (...) a condicionar a vida da organização” (2005: XVII). Alguns autores, como Melhen (1998), sugerem que alguns traços do PMDB podem ser atribuídos ao “momento genético” do partido, o MDB fundado em 1966. Notadamente, a imposição do bipartidarismo e a suspensão de eleições para cargos majoritários importantes (presidente, governador e prefeitos de capitais), medidas da ditadura militar, engendraram um partido politicamente heterogêneo, ou nas palavras de Kinzo (1988: 55), “espaço político de uma ampla gradação de posições ideológicas”.

As vicissitudes da abertura política brasileira, liderada pelo crescimento eleitoral do PMDB, acentuaram-se na eleição de 1986, ocasião na qual o partido conquistou praticamente todos os governos estaduais, o que levou a alguns analistas a aventarem a possibilidade do partido se tornar um PRI brasileiro (ver, p. ex., a discussão feita por Sadek, 1989).

Um aspecto importante que a literatura assinala é sua estrutura organizacional, fortemente embasada nos estados. Ferreira (2002) aponta a existência de uma lógica “federalista” da organização do partido: “o fulcro dos problemas enfrentados pelo partido tem sido sua falta de unidade interna e o escopo regional de atuação de suas lideranças” (2002: 205). Guarnieri (2009) ressalta que o PMDB tem uma estrutura organizacional do tipo *poliárquica*, caracterizada pela forte descentralização decisória entre as lideranças, o que acaba dificultando estratégias de coordenação entre os distritos eleitorais.

Trata-se de uma situação que tem contribuído para a ausência de uma “imagem”, uma identidade nacional do membro dos partidos o que, tem dificultado a constituição de uma liderança nacional que possa disputar o pleito presidencial.

A força eleitoral do partido é explícita. A tabela 1 abaixo apresenta o desempenho do PMDB, e sua posição na comparação com outros partidos, entre votos e cargos conquistados para todos os cargos desde 1982 (excetuando-se a eleição presidencial):

Tabela 1 - Desempenho do PMDB por Quantidade de Votos e a colocação em relação aos demais ⁵						
Ano:	Prefeito	Vereador	Governador	Dep. Federal	Dep. Estadual	Senador
1982	-	-	44% (1°)	43% (2°)	43% (2°)	
1985			-	-	-	
1986			53% (1°)	48% (1°)	44% (1°)	
1988			-	-	-	
1990			22% (1°)	19% (1°)	20% (1°)	
1992			-	-	-	-
1994	-	-	17% (2°)	20% (1°)	18% (1°)	16% (2°)
1996	17% (1°)	16% (1°)	-	-	-	-
1998	-	-	23% (1°)	15% (3°)	14% (2°)	22% (1°)

⁵ Tanto na Tabela 1 quanto na Tabela 2 foi não possível obter todos os dados no portal do TSE.

2000	16% (2°)	14% (1°)	-	-	-	-
2002	-	-	13% (3°)	13% (4°)	11% (3°)	16% (3°)
2004	15% (3°)	13% (3°)	-	-	-	-
2006	-	-	18% (3°)	15% (2°)	13% (3°)	12% (4°)
2008	19 (1°)	16% (1°)	-	-	-	-
2010	-	-	18% (3°)	13% (2°)	12% (3°)	14% (3°)

Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral); Portal Jairo Nicolau (<http://jaironicolau.iesp.uerj.br/banco2004.html>)

Na tabela 2, que sistematiza o desempenho do PMDB por cargos conquistados, é ainda mais clara a dominância do partido.

Tabela 2 - Desempenho do PMDB por Quantidade de <u>Cargos Conquistados</u> e a colocação em relação aos demais						
Ano:	Prefeito	Vereador	Governador	Dep. Federal	Dep. Estadual	Senador
1982	35%	-	41% (2°)	42% (2°)	43% (2°)	36% (2°)
1985	63%	-				-
1986	-	-	96% (1°)	53% (1°)	47% (1°)	78% (1°)
1988	37%	-				-
1990	-	-	30% (1°)	21% (1°)	20% (1°)	26% (1°)
1992	34%	-				-
1994	-	-	33% (1°)	21% (1°)	20% (1°)	26% (1°)
1996	24% (1°)	22% (1°)				
1998	-	-	22% (2°)	16% (3°)	17% (2°)	44% (1°)
2000	23% (1°)	19% (1°)				
2002	-	-	19% (2°)	14% (4°)	12% (3°)	17% (3°)
2004	19% (1°)	16% (1°)				
2006	-	-	26% (1°)	17% (2°)	15% (3°)	15% (3°)
2008	22% (1°)	16% (1°)				
2010	-	-	19% (3°)	15% (2°)	14% (1°)	28% (1°)

Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral); Portal Jairo Nicolau (<http://jaironicolau.iesp.uerj.br/banco2004.html>)

Mesmo com certo declínio no tempo, pode-se notar que o partido mantém posição expressiva em todos os cargos do sistema político brasileiro. Entretanto, destaca-se seu desempenho nas eleições locais, para prefeito e vereador, em que

desfruta de maior protagonismo frente aos demais. Assim, é possível afirmar que o “calendário municipal” parece prevalecer no PMDB.

Logo, a despeito do partido não ser capaz de lançar candidatos a presidente, sua magnitude e inserção no País podem ser usados como recursos pelos contendores a nível nacional.

Portanto, uma breve síntese das análises sobre o PMDB ressalta a importância do federalismo para a configuração do sistema partidário no Brasil. Na seção seguinte discutiremos como esse aspecto se relaciona com as estratégias partidárias no Brasil, tendo como foco a disputa presidencial.

3. Federalismo, sistema partidário e bipolarização nacional no Brasil.

Diversas abordagens foram formuladas para a compreensão do multipartidarismo e do federalismo brasileiros. De modo geral, elas tendem a ressaltar a discrepância que ocorre entre o sistema político-partidário nacional e o local (seja estadual ou municipal). Como exemplo tem-se o conceito de subsistema partidário de Lima Jr. (1993), de barões da federação de Abrucio (1998), e as análises mais amplas de Mainwaring (2001), Ames (2003) e Hagopian (1996).

Como essa literatura nos mostra, certas características do arranjo institucional brasileiro criam incentivos para a heterogeneidade partidário-eleitoral. A autonomia política, administrativa, legislativa e financeira concedida aos municípios pela Constituição Federal de 1988, a eleição proporcional de lista aberta em distritos de média e alta magnitude, coincidentes com as unidades da Federação, e uma legislação partidária não restritiva são aspectos apontados como causas desse fenômeno, além do desenvolvimento gradual e de acomodação de interesses contido em todo lento processo de transição e consolidação da democracia ⁶.

Para o problema que aqui nos interessa, isso significa não é automática a ligação entre força partidária no nível local e o desempenho na eleição nacional, sendo

⁶ Ver as análises clássicas de Nicolau (1996) e Braga (2006).

fundamental investigar a interação entre os níveis de disputa. Colocando em outros termos, a organização federativa brasileira levanta desafios de coordenação aos partidos brasileiros: “as regras que organizam a Federação estimulam a desconexão entre a competição política local e aquela que ocorre, em outro momento, nos estados e no âmbito nacional” (Almeida e Carneiro, 2008: 407) Conseguiriam os partidos brasileiros alinhar sua performance nos diferentes níveis? Seriam capazes de formular uma imagem pública coesa em todo o país?

Alguns autores levantam evidências de articulação intra-distritos efetuada pelos partidos. Ames (1994) afirma que no Brasil ocorreria um “coattail effect⁷” ao reverso: a posse de prefeituras seria um importante recurso para um partido conquistar o poder federal. Carneiro e Almeida (2008) sustentam que os resultados eleitorais conquistados pelos partidos nos diversos pleitos e instâncias da federação se impactam mutuamente. Avelino, Biderman e Barone (2012) mostram que o controle de prefeituras possibilita um aumento no número de votos para legislativo estadual e federal.

A articulação efetuada pelos partidos também é central em alguns trabalhos que procuram explicar a bipolarização da competição nacional em PT e PSDB. E aqui se encontra um importante ponto analítico para esse artigo. Como sustenta Melo,

“(…) no Brasil tem sido os partidos, e não o movimento criado pelos em torno dos candidatos, os atores responsáveis pela condução do processo sucessório para a Presidência da República. Dessa forma a dinâmica presidencial vem gerando em efeito estruturante sobre o sistema partidário” (Melo, 2007: 280).

Cortez e Limongi (2010) defendem que a hegemonia dos dois partidos nas eleições presidenciais é fruto, em grande medida, das ações estratégicas desenvolvidas pelas elites partidárias no momento pré-eleitoral, ou seja, de definição das candidaturas. Tanto o PSDB quanto o PT, por meio de alianças com outros partidos grandes e médios (PMDB, PFL/DEM, PSB) e por meio da construção de “palanques” estaduais, plataformas eleitorais alinhadas com a campanha presidencial, conseguiram manter a dianteira dos pleitos nacionais.

Esse fenômeno da “bipolarização” tem sido explorado por alguns trabalhos por meio do conceito de “coordenação eleitoral” de Cox (1997). A coordenação é um jogo no qual os atores têm interesse em cooperar, mas discordam sobre qual o caminho da

⁷ O conceito de “coattail effect”, formulado originalmente para compreender o caso americano, diz respeito à capacidade de candidatos em “puxar” votos para seus aliados em níveis subnacionais.

cooperação, podendo, assim, incorrer em resultados menos desejados. O exemplo clássico e didático é o do casal que deseja passear, mas deve escolher entre o boxe, alternativa preferida pelo homem, e o espetáculo de dança, opção desejada pela mulher. O dilema envolvido está em se coordenar e tomar uma decisão e evitar o pior resultado, qual seja, não passear.

O modelo proposto por Cox é marcado por seu dinamismo ao ver uma multiplicidade de possibilidades nas escolhas das elites políticas e também dos eleitores. Para o autor, as motivações tanto dos eleitores quanto das elites não podem ser reduzidas a apenas uma: os políticos são motivados por cargos (*office-seeking*), mas, ao mesmo tempo, têm preferências por políticas (*policy seeking*); os eleitores têm identificações partidárias, mas, principalmente, interesses por políticas públicas. Logo, Cox (1997) sustenta que, dependendo da situação institucional (tipo de sistema partidário e de eleitoral), ambos atores têm leques de estratégias diversas a adotar. Os partidos podem lançar plataformas, buscando se eleger, mas dessa forma dividir votos com outros do mesmo espaço político e levar à eleição de adversários ideológicos; eleitores podem se comportar de maneira sincera, votando nos seus partidos preferidos, mas assim contribuir para a vitória de concorrentes menos desejados.

O principal momento no estabelecimento de um jogo de coordenação é o “pré-eleitoral”, que diz respeito à escolha dos partidos sobre lançamento, retirada ou coligação de candidaturas. Trata-se do período em que as elites coordenariam suas ações entre si no sentido de potencializar suas chances eleitorais (reduzindo os riscos do voto útil do eleitor, por exemplo), o que levaria a uma redução da quantidade de competidores em um ambiente multipartidário. Assim, todas as ações das campanhas e as opções disponíveis aos eleitores são condicionadas por essas articulações anteriores.

E esse é o ponto que partem Cortez (2009) e Limongi e Cortez (2010) para explicar a centralização da disputa entre PT e PSDB. Ambos os estudos afirmam que a bipolaridade da eleição presidencial deve ser entendida como um resultado da coordenação pré-eleitoral das elites políticas, que restringiram as opções de escolha do eleitor.

Uma das questões que podemos colocar é: como pensar o PMDB nesse quadro analítico? Limongi e Cortez (2010), em diversas passagens, assinalam a equivalência de forças entre este partido e PSDB e PT. Como por exemplo: “temos, portanto, como

jogadores efetivos nas disputas pelos governos estaduais, o PMDB e os dois blocos formados pelo PT e PSDB” (*Idem*, 30) ou “o PMDB (...) é um capítulo à parte, a única força não engolfada pela clivagem nacional” (*Ibidem*, 34). Cortez (2009) coloca os três partidos como os únicos que possuem “ambição executiva”, ou seja, no sistema de “divisão do trabalho” no mercado eleitoral brasileiro⁸, apenas PT, PSDB e PMDB se mantêm como (possíveis) postulantes ao cargo presidencial e como os mais fortes no âmbito do executivo estadual.

Os dois partidos que hegemonizaram a disputa presidencial brasileira, PSDB e PT, foram, desde 94, apoiados, por meio de coligação eleitoral formal, por partidos médios/grandes que contribuíram para a existência e manutenção desse domínio. O principal aliado do PSDB é o PFL (atual DEM): ambos formaram chapa em todos os pleitos, exceto 2002. Já o PT recebeu o apoio do PSB em três das cinco disputas desde 94. Assim, o quadro eleitoral montado em 94 estabeleceu uma dinâmica relativamente “ideológica” da competição presidencial: o PSDB, ao se aliar ao PFL, colocou-se como o representante do pólo da centro-direita; já o PT, junto ao PSB, apresentou-se como o principal competidor da esquerda.

E, como o PMDB se comportou? Nas cinco últimas disputas presidenciais, o PMDB participou com candidatura própria de uma (1994), em duas apoiou outro partido (em 2002 apoiou o PSDB e em 2010, o PT), e em outras duas ficou de fora da disputa (1998 e 2006). Como vimos, apesar da forte penetração nacional, da longa história, de uma significativa representação no Congresso, nos governos estaduais e nos municípios, a estratégia tem sido não lançar um candidato próprio para presidente.

No presente estudo, não buscaremos explicar os motivos desse comportamento. Antes, analisaremos o que pode ser considerado um recurso partidário na negociação com o PT e com o PSDB: a força eleitoral do partido em determinada instância federativa. Mais diretamente, buscamos verificar em que grau o PMDB tem como “recurso” a sua força nos municípios em uma eleição presidencial, em que medida se trata de um poder de barganha importante na negociação com PT e o PSDB. Em outras palavras, iremos testar se esses partidos, buscando a maioria eleitoral nas eleições

⁸ O autor afirma que os diferentes pesos dos cargos em disputa, os diferentes distritos e sistemas eleitorais incentivam a formação de um sistema de divisão do trabalho entre os partidos políticos brasileiros.

presidenciais, obtêm maior quantidade de votos ao se coligar com o PMDB, que possui forte penetração nas instâncias locais.

4. Um modelo para a influência municipal do PMDB nas eleições presidenciais

Concomitantemente a essas análises sobre a evolução do quadro partidário brasileiro, alguns autores buscaram formular modelos para explicar os resultados eleitorais presidenciais. Na verdade, a maior parte dos trabalhos se focou na importância do Programa Bolsa Família (PBF) nos resultados eleitorais do PT em 2006 e 2010. Segundo as teses dominantes, os recursos distribuídos pelo programa apresentaram alto retorno eleitoral a este partido. Para o nosso problema, o que é importante é sublinhar que as análises de praticamente todos os trabalhos mostram que municípios governados por PT e pelo PSDB não tem nenhum impacto no futuro desempenho presidencial desses partidos. Na verdade, quando o resultado é significativo, ele recebe sinal negativo. (Zucco, 2008, 2013; Nicolau, Peixoto, 2007).

Zucco (2008), centrado na eleição de 2006, explica esse fenômeno recorrendo à tese do realinhamento eleitoral do PT⁹: seu eleitorado *core*, que lhe garantiu prefeituras em 2004, teria deixado o partido na eleição presidencial de 2006, depois da performance do primeiro governo de Lula.

No entanto, por não ser o foco dos trabalhos, esses resultados não são estudados e debatidos a fundo. Neste artigo avançamos nesse ponto em ao menos dois quesitos: incorporamos um período maior de eleições, trazendo as disputas de 2002 e 2010, conjuntamente com a de 2006, e analisamos mais sistematicamente o desempenho do PSDB. Esse quadro permite duas variações importantes nos dados: (1) na incumbência do governo federal entre PSDB (2002) e PT (2006 e 2010), e nas estratégias de coligação (coordenação pré-eleitoral) do PMDB: em 2002 se aliou ao PSDB, em 2006 manteve-se neutro e em 2010 coligou-se com o PT.

Nos testes abaixo utilizamos o modelo estatístico e os dados disponibilizados por Zucco (2008; 2013). As análises do autor são pautadas por duas teses: de um lado, mostrar que programas de transferência de renda tem impacto positivo na performance

⁹ Que seria posteriormente explicitada por Singer (2009).

de partidos incumbentes federais, mas também, por outro lado, o autor defende a hipótese de que municípios pequenos são mais “governistas” independentemente do desempenho ou do partido no governo. (Zucco, 2010). Essa hipótese teórica levou o autor a incorporar dados também sobre o pleito de 2002 e 2010. Como se sabe, o governo do PSDB implementou programas sociais que seriam base para o Bolsa Família. Trata-se do Bolsa-Escola, criado em 2001 e do Bolsa Alimentação, implementado no último ano de governo, em 2002.

Para testar a hipótese da importância da presença partidária local, acrescentamos na análise as disputas que precederam imediatamente os pleitos nacionais, ou seja, os resultados eleitorais municipais de 2000, 2004 e 2008. Cada eleição presidencial terá um modelo próprio, a depender do apoio concedido pelo PMDB. Assim, em 2002, com o PSDB mandatário recebendo o apoio do PMDB, seu desempenho em cada cidade do Brasil será a variável dependente (VD). Em 2006, por seu turno, como o PMDB manteve-se neutro ao nível nacional, mas celebrando coligações tanto com PT quanto com PSDB no nível estadual, serão dois modelos: um com a plataforma presidencial do PT como variável resposta, o outro com o PSDB; em 2010, a porcentagem de votos do PT será a VD, pois o PMDB participou de sua chapa presidencial.

A existência de dois modelos em 2006 explicita um importante controle que efetuaremos nesse artigo: o quadro das coligações estaduais. Como se sabe, uma decisão do STF determinou que as eleições gerais de 2002 e 2006 fossem regidas pelo que ficou conhecido como “verticalização das coligações”: as alianças estabelecidas pelos partidos no nível presidencial deveriam ser cumpridas no nível estadual. Assim, por exemplo, PSDB e PMDB constituíram uma chapa presidencial em 2002 (apenas os dois partidos). Nos estados, ambos os partidos tinham três opções: não lançar candidatos, coligarem-se entre si (podendo-se inverter a cabeça de chapa), ou lançar plataformas separadas. Nos dois últimos casos, os partidos poderiam receber o apoio formal nos estados apenas de legendas que não participaram a disputa presidencial, seja como cabeça de chapa seja como apoiadores.

Assim, para levar em consideração que instâncias estaduais do PMDB podem discordar da decisão nacional de seu partido, incluímos, para as três eleições nacionais (2002, 2006 e 2010) uma variável que diz respeito ao posicionamento do partido no quadro de alianças estadual em relação a PT e PSDB. Em 2002, essa variável cobre

duas situações: (1) PMDB e PSDB estavam na mesma chapa naquele estado, (2) PMDB e PSDB estavam em chapa independentes. Em 2006, como o PMDB não participou do pleito nacional, pôde se coligar livremente nos estados. Assim, a variável pode assumir três situações: (1) PMDB mesma chapa do PSDB, (2) PMDB mesma chapa do PT, (3) PMDB independente de PT e PSDB. Em 2010, apesar de apoiar o PT, a não vigência da “verticalização das coligações” permitiu aos partidos total liberdade nas suas disputas estaduais. Assim a disposição da variável é similar ao caso de 2006. Na análise abaixo voltamos a discutir como essa variável aparece em cada modelo.

Evidentemente, esse fenômeno da (in)congruência das disputas nacionais e estaduais mereceria um tratamento mais pormenorizado do que fazemos aqui, mas nosso foco é nas disputas municipais.

Nossa variável independente de interesse é o partido vencedor em cada cidade nos dois anos precedentes à eleição nacional¹⁰. Particularmente, estamos interessados em municípios governados pelo PMDB. No entanto, como não poderia deixar de ser, iremos testar também se prefeituras do PT e do PSDB têm impacto em seus respectivos candidatos presidenciais.

Abaixo se encontra a lista das variáveis de nosso modelo. Muitas basearam-se no modelo de Zucco (2008), e outros foram e incorporando alguns novos fatores, utilizamos as seguintes variáveis:

escopo_cct: proporção de famílias por município que recebe a transferência condicional de renda, Bolsa Família ou, em 2002, Bolsa-Escola ou Bolsa-Alimentação. (2002, 2006 e 2010). Fonte: Zucco (2013)

IDH-M: índice de desenvolvimento humano municipal (2000). Fonte: IPEADATA

log_elei: Logaritmo do número de eleitores por município (2002, 2006 e 2010). Fonte: TSE.

log_tributalocal: Logaritmo de receita municipal com tributos locais, IPTU, ISS e outras taxas, sobre o número de eleitores (2002, 2006 e 2009). Ajustados pela inflação de 2000. Fonte: IPEADATA.

¹⁰ Evidentemente, não temos como controlar a possível migração realizada por prefeitos entre sua eleição e o pleito nacional.

log_PIBpercapita: Logaritmo do PIB municipal sobre o número de eleitores (2002, 2006 e 2009). Ajustados pela inflação de 2000. Fonte: IPEADATA.

%apu_Pib: Porcentagem do PIB municipal composta pelo setor público (2002, 2006 e 2009). Fonte: IBGE.

%não brancos: porcentagem de moradores não brancos no município (2000 e 2010). Fonte: IBGE. Para a eleição de 2006, calculamos o valor médio entre as duas observações.

%pentecostais: porcentagem de evangélicos pentecostais no município (2000 e 2010). Fonte: Censo IBGE. Para a eleição de 2006, calculamos o valor médio entre as duas observações.

% PT ou PSDB_presidente: porcentagem de votos de PT e PSDB, por cidade, nos pleitos imediatamente anteriores à análise (1998, 2002 ou 2006). Fonte: TSE.

Prefeito PMDB, PSDB e PT: três variáveis dummies que informam que esses partidos elegeram o prefeito em cada município, de 2000, 2004 e 2008. Fonte: TSE.

% do PMDB, PT ou PSDB_prefeito: porcentagem de votos desses partidos, por cidade, na disputa municipal de 2000, 2004 e 2008. Fonte: TSE.

estado_pro_PT ou PSDB: posicionamento do PMDB para com o PT e o PSDB na aliança para eleição de governador: (1) se aliado de um dos dois, ou (0) se independente. (2002, 2006 e 2010). Fonte: TSE.

Os dados foram extraídos de Zucco (2013; 2012) e foram comparados com as informações do IBGE e do IPEADATA, ajustando e corrigindo casos que assim se fizeram necessários.

As variáveis se dividem em três grupos: as de ordem sócio-demográfica (IDH-M, eleitorado, porcentagem de não-brancos e pentecostais) possibilitam traçar a diversidade composicional dos municípios brasileiros; as de ordem econômica (*escopo_cct*, PIB per capita, tributação local per capita e % do setor público no PIB) captam a dinâmica econômica de cada município; e as de ordem política (Prefeito PMDB, PSDB e PT, % do PT e PSDB na eleição presidencial anterior, % do PMDB, PT e PSDB na eleição para prefeito, Prefeito PMDB, PSDB e PT e estado pro PT ou PSDB) dizem respeito às

características político-eleitorais de cada cidade. Estamos assumindo que todas essas variáveis podem ser importantes para compreender os resultados presidenciais brasileiros.

Testaremos termos interativos entre algumas variáveis, para verificar se a importância do poder municipal muda conforme mudam outras variáveis. Especificamente, veremos se o impacto das prefeituras do PMDB, do PT e do PSDB é condicional à (1) congruência entre a coligação estadual e nacional, (2) a porcentagem de votos obtida na eleição para prefeito e (3) tamanho da cidade.

5. Análise empírica: o PMDB e a Polarização da Disputa Presidencial Brasileira

Inicialmente, vejamos o número de prefeituras conquistadas por PMDB, PT e PSDB em 2000, 2004 e 2008. A tabela mostra que o PMDB apresentou um padrão estável, conquistando em média cerca de 20% das cidades, enquanto que PT e PSDB apresentaram padrão inverso: o primeiro subiu de menos de 4% em 2000 para 10% em 2008, enquanto que o segundo caiu de quase 18% para 14%. Juntos, nesse período, esses partidos conquistaram quase 45% das prefeituras brasileiras.

Tabela 1 - Número de prefeituras conquistadas - Ano e partido

	PMDB	PT	PSDB	Total
2000	1256	187	989	5556
%	23%	3%	18%	
2004	1059	411	870	5562
%	19%	7%	16%	
2008	1201	558	791	5564
%	22%	10%	14%	

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral

Esses números mostram diversos indícios interessantes: (1) a importância da posse do governo federal na conquista de prefeituras, vide a tendência de PSDB e PT (2) o baixo patamar inicial do PT (3) e o que é mais importante para esse trabalho: a força e a estabilidade do PMDB.

Tabela 2 - Número de prefeituras conquistadas - por tamanho de município - Ano e partido

2000	PMDB	PT	PSDB	Total (2002)
Grupo1	516	42	359	2016
Grupo2	323	36	250	1476
Grupo3	369	59	319	1751
Grupo4	39	33	49	258
Grupo5	9	17	12	61
Eleitorado (soma)	18.466.017	20.688.934	17.251.470	
2004	PMDB	PT	PSDB	Total (2006)
Grupo1	397	117	295	1882
Grupo2	280	99	218	1475
Grupo3	319	137	285	1843
Grupo4	54	42	55	290
Grupo5	9	16	17	74
Eleitorado (soma)	17.659.549	17.529.850	26.482.576	
2008	PMDB	PT	PSDB	Total (2010)
Grupo1	409	145	248	1758
Grupo2	315	126	194	1444
Grupo3	389	210	280	1950
Grupo4	70	56	56	333
Grupo5	18	21	13	79
Eleitorado (soma)	29.604.279	20.791.603	18.335.606	

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral

Descrição dos Grupos	
Grupo1	até 5.000
Grupo2	de 5.001 a 10.000
Grupo3	de 10.001 a 50.000
Grupo4	de 50.001 a 199.999
Grupo5	acima de 200.000

Para refinarmos esse panorama sobre a situação político-partidária dos municípios brasileiros, a tabela 2 mostra o número de prefeituras do PMDB, PT e PSDB estratificadas por faixa de município. Essas foram construídas adaptando a tipologia elaborada pelo IBGE em 2005. Consiste em cinco faixas, ordenadas segundo o tamanho do município (aqui medido pelo tamanho do eleitorado): (1) até 5.000 eleitores, (2) de 5.001 a 10.000, (3) 10.001 a 50.000 (4) 50.001 a 199.999 e (5) acima de 200.000.

Os dados mostram que o PMDB tem uma inclinação para conquistar executivos de municípios menores, mas essa tendência é anulada em 2008. O PT, por seu turno, é muito mais ancorado em municípios mais populosos, mas vem aumentando sua presença em cidades menores com o passar dos pleitos. O PSDB mostra um padrão mais equilibrado por faixa de município, mas com uma tendência a conquistar proporcionalmente mais os maiores municípios.

A tabela 3 mostra o desempenho presidencial de PT e PSDB na mesma classificação de municípios. Ela mostra a interessante reversão da tendência do PT, que em 2002 conseguiu mais votos, proporcionalmente, nos municípios de maior porte, mas em 2010 se inseriu com mais intensidade nas menores cidades. O PSDB, por seu turno, quando era mandatário, em 2002, esteve fortemente atrelado aos menores municípios, e nos dois pleitos seguintes apresentou desempenho mais ou menos homogêneo entre as faixas de município.

Tabela 3. Votação presidencial PT - PSDB

		PT	PSDB
2002	Grupo1	42,27%	34,71%
	Grupo2	41,15%	31,55%
	Grupo3	42,52%	27,92%
	Grupo4	48,60%	20,72%
	Grupo5	49,24%	18,34%
	Brasil	46,44%	23,19%
		PT	PSDB
2006	Grupo1	48,74%	46,09%
	Grupo2	53,23%	41,82%
	Grupo3	54,12%	40,26%
	Grupo4	47,79%	43,36%
	Grupo5	35,70%	40,66%
	Brasil	48,61%	41,64%
		PT	PSDB
2010	Grupo1	54,98%	35,55%
	Grupo2	57,66%	32,97%
	Grupo3	56,27%	32,24%
	Grupo4	45,01%	34,39%
	Grupo5	39,54%	32,34%
	Brasil	46,91%	32,61%

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral

Por último, a tabela apresenta a média da votação de PSDB e PT na disputa presidencial discriminada por municípios governados por PMDB, PT e PSDB. De modo geral, esse dado parece indicar que os partidos locais não tem efeito no resultado eleitoral municipal.

Tabela 4. Votação presidencial PT - PSDB, por prefeituras de PMDB, PT e PSDB				
Prefeituras 2000				
		PMDB	PT	PSDB
2002	PT	44,42%	46,67%	40,11%
	PSDB	31,00%	29,10%	32,94%
Prefeituras 2004				
		PMDB	PT	PSDB
2006	PT	49,22%	48,77%	49,36%
	PSDB	44,79%	45,47%	45,38%
Prefeituras 2008				
		PMDB	PT	PSDB
2010	PT	54,47%	52,76%	51,47%
	PSDB	34,63%	35,56%	36,45%

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral

Na análise multivariada que apresentaremos abaixo, verificaremos se esse resultado nulo se mantém após controles e interações de variáveis.

6. Análise dos modelos

Para todas as eleições, utilizaremos um conjunto de modelos alternativos. Iniciaremos com um modelo sem variáveis partidárias locais (modelo 1), para depois incorporarmos prefeituras do PMDB e do outro partido em análise (PT ou PSDB) (modelo 2); depois (modelo 3), procedemos a um modelo com termo interativo entre prefeitura do PMDB e coligação estadual pró partido em análise (PT ou PSDB). Os quatro modelos seguintes utilizam interação entre prefeitura do PMDB e PT ou PSDB com porcentagem de votos (modelos 4 e 5) e com (log) número de eleitores (modelos 6 e 7). Essas especificações de diferentes modelos permitem diversas abordagens para se verificar a importância das instâncias partidárias locais: as interações permitem verificar se o impacto da posse de prefeituras é condicional à congruência da aliança para

governo de Estado, ou à porcentagem de votos obtida (magnitude da vitória) ou ao tamanho do município.

Nas discussões abaixo, priorizaremos os resultados de nossas variáveis de interesse, mas reconhecemos que o comportamento das demais variáveis merece análise pormenorizada.

Na tabela 5 abaixo apresenta os resultados para as eleições presidenciais de 2002. A variável dependente é o desempenho do PSDB por município, partido então incumbente e que recebera o apoio do PMDB.

Tabela 5 – VARIÁVEL DEPENDENTE: % PSDB 2002

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6	Modelo 7
Constante	***24,297	***24,003	***22,851	***23,812	***24,223	***24,768	***21,862
	5,634	5,623	5,585	5,628	5,617	5,654	5,667
log_elei	***-4,144	***-4,1017	***-3,71	***-4,06	***-4,055	***-4,304	***-3,688
	0,336	0,336	0,336	0,338	0,336	0,367	0,364
Escopo_CCT	**0,06	**0,0567	**0,055	**0,06	**0,055	**0,06	**0,06
	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025	0,025
IDH-M	-6,23	-6,54	** -9,068	-6,675	-6,617	-6,138	-6,469
	4,24	4,231	4,21	4,236	4,228	4,241	4,228
% pentecostais	***-0,422	***-0,4286	***-0,459	***-0,419	***-0,427	***-0,423	***-0,428
	0,029	0,029	0,029	0,029	0,029	0,029	0,029
% não brancos	***-0,166	***-0,1665	***-0,168	***-0,164	***-0,167	***-0,166	***-0,168
	0,009	0,009	0,009	0,009	0,009	0,009	0,009
log_pibpercapita	0,639	0,705	*1,752	0,592	0,719	0,652	0,9
	1,052	1,05	1,049	1,051	1,049	1,052	1,05
log_tributalocal	***1,6	***1,53975	***11,899	***10,229	***1,475	***1,61	***1,487
	0,525	0,525	2,12	2,131	0,524	0,526	0,524
%apu_pib	***10,376	***10,6307	***0,488	***0,498	***10,507	***10,456	***10,953
	2,134	2,13	0,01	0,01	2,129	2,136	2,13
PSDB_98	***0,498	***0,4952	***1,388	***1,664	***0,493	***0,498	***0,493
	0,01	0,01	0,521	0,525	0,01	0,01	0,01
pref_PMDB		0,496	** -0,844	0,258		-3,271	
		0,345	0,435	1,494		3,011	
pref_PSDB		***1,8792			** -3,231		***11,453
		0,375			1,545		3,129
estado_pro_PSDB			***-3,272				
			0,328				
pref_PMDB*estado_pro_PSDB			***2,248				
			0,67				
%pref_PMDB				***0,037			

					***0,009		
%pref_PMDB*pref_PMDB					-0,032		
					0,028		
%pref_PSDB						0,003	
						0,01	
%pref_PSDB*pref_PSDB						***0,084	
						***0,028	
pref_PMDB*log_eleitores							0,862
							0,772
pref_PSDB*log_eleitores							***-2,471
							0,791
N	5205	5205	5205	5205	5205	5205	5205
R2	0,411	0,414	0,423	0,413	0,415	0,412	0,415
SE do Modelo	10,03	10,008	9,936	10,015	10	10,03	10

As variáveis que entram em todos os modelos, que são as utilizadas por Zucco (2008), mantêm razoavelmente estáveis sua magnitude e significância em todas as especificações (as exceções são a receita de tributos locais e a porcentagem do PIB formada pelos setores públicos, que tem fortes oscilações na magnitude seus coeficientes em dois modelos). O modelo 2 mostra que prefeituras do PMDB não tem impacto na votação nacional do PSDB, ao passo que prefeituras do PSDB tem efeito positivo e significativo. No modelo 3, por seu turno, observamos um impacto positivo de prefeituras do PMDB nos estados onde o partido se aliou ao PSDB (coeficiente de 2,25). Temos aqui um indício da importância da mediação do arranjo estadual.

No modelo 4 buscamos captar o efeito da margem de vitória do PMDB sobre os votos presidenciais do PSDB. Desta vez não foi encontrado nenhum efeito. O modelo 5 testa o mesmo raciocínio, mas agora com prefeituras do PSDB. O termo interativo mostra que de fato, maiores margens de vitória do PSDB em 2000 na prefeitura garantiram mais votos ao candidato do partido em 2002.

Os dois últimos modelos testam se a posse de prefeituras tem impacto condicional ao tamanho de município (medido aqui por número de eleitores). O modelo 6 mostra que prefeituras do PMDB não tem efeito diferenciado segundo esse critério, ao passo que o modelo 7 afirma que o PSDB conseguiu mais votos nos menores municípios por ele governados (coeficiente de -2,48).

Em suma, os modelos relativos a 2002 mostram que a importância do PMDB para seu parceiro de coligação, o PSDB, deu-se apenas nos estados nos quais ambos

estiveram coligados no pleito para governador. A presença local do PSDB, por sua vez, garantiu mais votos à sua candidatura nacional em todas as especificações.

Nas eleições de 2006, como o PMDB não apoiou nacionalmente nenhum partido, elaboramos um modelo para o PT e outro para o PSDB. A tabela 6 abaixo mostra os resultados para o desafiante PSDB.

Tabela 6 – VARIÁVEL DEPENDENTE: % PSDB 2006

	Variável Dependente: PSDB						
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6	Modelo 7
Constante	***51,926	***51,828	***51,833	***52,503	***51,584	***52,765	***53,394
	5,163	5,164	5,156	5,168	5,163	5,204	5,202
log_elei	***-4,401	***-4,442	***-4,319	***-4,457	***-4,459	***-4,532	***-4,795
	0,313	0,313	0,314	0,315	0,314	0,341	0,339
Escopo_CCT	***-0,279	***-0,279	***-0,275	***-0,279	***-0,278	***-0,279	***-0,28
	0,014	0,015	0,015	0,015	0,015	0,014	0,014
IDH-M	***32,926	***32,717	***31,443	***32,742	***32,825	***32,792	***32,631
	3,948	3,946	3,952	3,947	3,948	3,948	3,944
% pentecostais	***0,235	***0,2311	***0,241	***0,235	***0,23	***0,235	***0,232
	0,026	0,026	0,025	0,026	0,026	0,026	0,026
% não brancos	***-0,145	***0,1473	***-0,158	***-0,148	***-0,146	***-0,147	***-0,145
	0,009	0,009	0,010	0,009	0,009	0,009	0,009
log_pibpercapita	**-1,99	*-1,832	-1,493	*-1,932	**-1,866	**-1,96	**-1,926
	0,945	0,945	0,948	0,945	0,946	0,946	0,945
log_tributalocal	0,342	0,337	0,254	0,322	0,380	0,325	0,340
	0,374	0,374	0,374	0,375	0,375	0,374	0,374
%apu_pib	***19,358	***19,104	***18,506	***19,362	***19,057	***19,366	***19,283
	1,953	1,953	1,956	1,952	1,954	1,953	1,954
PSDB_02	***0,373	**0,369	***0,37	***0,372	***0,37	***0,372	***0,371
	0,011	0,011	0,011	0,011	0,011	0,011	0,011
pref_PMDB		**0,675	***-1,062	0,498		-3,121	
		0,343	0,406	1,528		2,892	
pref_PSDB		***0,838			3,118		**7,296
		0,369			1,792		2,951
estado_pro_PSDB			***-1,645				
			0,360				
pref_PMDB*estado_pro_PSDB			1,119				
			0,719				
%pref_PMDB				-0,008			
				0,008			
%pref_PMDB*pref_PMDB				-0,018			
				0,029			
%pref_PSDB					0,008		
					0,010		
%pref_PSDB*pref_PSDB					-0,046		

					0,034		
pref_PMDB*log_eleitores						0,583	
						0,733	
pref_PSDB*log_eleitores							**2,087
							0,738
N	5494	5494	5494	5494	5494	5494	5494
R2	0,68	0,68	0,68	0,68	0,68	0,68	0,68
SE do modelo	9,65	9,65	9,63	9,65	9,65	9,65	9,64

***<0,01**<0,05*<0,1

Primeiramente, faremos uma pequena comparação com os resultados da tabela anterior. A passagem para oposição fez com que o PSDB recebesse mais votos em cidades com maior IDH, menor cobertura do programa de transferência de renda, maior número de pentecostais e menos dependentes do setor público, resultado esses inversos aos de 2002.

No que se refere às variáveis partidárias locais, vemos agora, no modelo 2, que a presença do PMDB no controle da prefeitura tem impacto na votação do PSDB nacional. Ele é negativo de magnitude 0,67. O ganho de uma prefeitura em 2004 pelo PSDB continua tendo impacto positivo e significativo para a legenda na competição nacional.

O modelo 3 mostra que a disposição estadual das coligações não tem impacto na performance do PSDB, assim como as porcentagens de votos das vitórias de PMDB e PSDB em 2004. Os dois últimos modelos, onde testamos a hipótese condicional do efeito da prefeitura tendo em vista o tamanho da cidade, mostram efeito apenas do PSDB, que é mais votado desta feita nos *seus* maiores municípios (modelo 7).

Em suma, o modelo do PSDB nas eleições de 2006 mostram pouco impacto da penetração local dos partidos.

A tabela 7 abaixo apresenta os resultados com a votação do PT nos municípios como variável dependente. As variáveis demográficas e econômicas tem, de modo geral, impacto inverso ao conjunto de modelos do PSDB.

O impacto da posse de prefeituras tem efeitos interessantes. No modelo 2, prefeituras do PMDB tem impacto positivo na votação presidencial do PT (mas com p-value de 0,09). No modelo seguinte, observamos, pelo termo interativo, que esse efeito

aumenta nos estados onde ambos os partidos *não* celebraram coligações, ou seja, quando a variável estado_pro_PT apresenta valor 0, anulando o termo interativo.

Interessante verificar que as cidades administradas pelo PT garantiram-lhe menos votos que as demais cidades, mantidos demais fatores constantes (modelo 2). Esse resultado se mantém, no modelo 5, no qual a variável %PT_pref tem coeficiente negativo quando o termo interativo %PT_prefeito*pref_PT é igual a zero. Ou seja, nas cidades onde o PT não elegeu prefeitos, seu desempenho eleitoral municipal em 2004 teve correlação negativa com seu desempenho eleitoral nacional em 2006.

O modelo 4 não mostra correlação significativa entre as porcentagens de voto do PMDB, assim como os modelos 6 e 7 que testam a hipótese de efeito interativo com o tamanho do município.

Em suma, a presença local do PMDB em 2004 teve poucos efeitos no desempenho do PT em 2006, enquanto este partido observou uma relação negativa nas cidades por ele governadas, corroborando Zucco (2008).

Tabela 7 – VARIÁVEL DEPENDENTE: % PT 2006

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6	Modelo 7
Constante	***36,568	***35,107	***36,792	***36,133	***34,415	***36,402	***35,741
	5,11	5,103	5,106	5,113	5,108	5,148	5,13
log_elei	***4,75	***4,856	***4,719	***4,785	***4,943	***4,758	***4,743
	0,308	0,308	0,308	0,31	0,31	0,336	0,324
Escopo_cct	***0,321	***0,321	***0,32	***0,321	***0,32	***0,321	***0,321
	0,015	0,0147	0,015	0,015	0,015	0,0147	0,0147
IDH-M	***-54,57	***-54,045	***-55,213	***-54,382	***-53,734	***-54,385	***-54,314
	4,028	4,019	4,033	4,027	4,02	4,028	4,022
% pentecostais	-0,036	-0,0328	-0,014	-0,035	-0,031	-0,036	-0,032
	0,026	0,026	0,027	0,026	0,026	0,026	0,026
% não brancos	***0,184	***0,186	***0,179	***0,186	***0,185	***0,186	***0,185
	0,009	0,009	0,01	0,009	0,009	0,009	0,009
log_pibpercapita	-0,811	-0,728	-0,798	-0,868	-0,64	-0,877	-0,675
	0,953	0,952	0,953	0,953	0,951	0,954	0,951
log_tributalocal	-0,534	-0,532	-0,479	-0,508	-0,545	-0,513	-0,559
	0,378	0,377	0,377	0,378	0,377	0,378	0,377
%apu_pib	***11,416	***11,746	***11,141	***11,408	***12,046	***11,381	***11,731
	1,973	1,969	1,973	1,973	1,971	1,973	1,971
PT_02	***0,371	***0,376	***0,367	***0,37	0,38	***0,371	***0,377
	0,012	0,0118	0,012	0,012	0,012	0,012	0,012

pref_PMDB		*0,565	***1,081	0,214		0,578	
		0,3412	0,392	1,541		2,923	
pref_PT		***-2,534			***-4,507		*-6,468
		0,511			2,201		3,663
estado_pro_PT			***1,072				
			0,336				
pref_PMDB*estado_pro_PT			-0,831				
			0,777				
%pref_PMDB				0,008			
				0,009			
%pref_PMDB*pref_PMDB				0,004			
				0,029			
%pref_PT					***-0,033		
					0,012		
%pref_PT*pref_PT					0,064		
					0,042		
pref_PMDB*log_eleitores						0,057	
						0,741	
pref_PT*log_eleitores							0,938
							0,892
N	5494	5494	5494	5494	5494	5494	5494
R2	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
SE do Modelo	9,741	9,72	9,73	9,74	9,71	9,74	9,72
***<0,01**<0,05*<0,1							

Por fim, em 2010, o PT recebeu o apoio do PMDB na disputa pelo seu terceiro mandato na presidência. A tabela 8 abaixo mostra os resultados de nossos 7 modelos.

Tabela 8 – Eleição 2010

	Variável Dependente: % PT 2010						
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6	Modelo 7
Constante	***55,481	***54,894	***64,679	***55,133	***55,022	***55,158	***55,093
	4,035	4,028	4,102	4,035	4,023	4,066	4,054
log_elei	***-4,334	***-4,262	***-4,557	***-4,336	***-4,309	***-4,274	***-4,296
	0,233	0,233	0,232	0,234	0,234	0,260	0,248
Escopo_cct	***0,29	***0,288	***0,267	***0,29	***0,288	***0,29	***0,288
	0,014	0,014	0,014	0,014	0,014	0,014	0,014
IDH-M	1,510	1,800	-2,424	1,481	1,737	1,561	1,778
	3,327	3,321	3,307	3,326	3,317	3,327	3,321
% pentecostais	***-0,3	***-0,300	***-0,313	***-0,3	***-0,3	***-0,3	***-0,3
	0,017	0,017	0,017	0,017	0,017	0,017	0,017
% não brancos	***-0,086	***-0,084	***-0,067	***-0,085	***-0,085	***-0,086	***-0,085
	0,007	0,007	0,008	0,007	0,007	0,007	0,007

log_pibpercapita	***-3,714	***-3,688	***-4,817	***-3,704	***-3,677	***-3,73	***-3,684
	0,731	0,729	0,732	0,730	0,728	0,731	0,730
log_tributalocal	0,206	0,206	0,160	0,216	0,194	0,203	0,205
	0,276	0,275	0,272	0,275	0,275	0,276	0,275
%apu_pib	***19,714	***19,659	***22,379	***-19,68	***19,691	***19,717	***19,672
	1,479	1,476	1,488	1,478	1,474	1,479	1,477
PT_06	***0,634	0,635	***0,638	***0,634	***0,635	***0,634	***0,635
	0,009	0,009	0,009	0,009	0,009	0,009	0,009
pref_PMDB		0,191	***1,354	**2,04		1,322	
		0,244	0,343	0,900		2,045	
pref_PT		***-1,569			***-4,531		-2,558
		0,336			1,445		2,537
estado_pro_PT			***-1,837				
			0,241				
pref_PMDB*estado_pro_PT			***-1,929				
			0,478				
%pref_PMDB				**0,016			
				0,006			
%pref_PMDB*pref_PMDB				**0,041			
				0,016			
%pref_PT					***0,034		
					0,009		
%pref_PT*pref_PT					0,022		
					0,027		
pref_PMDB*log_eleitores						-0,236	
						0,513	
pref_PT*log_eleitores							0,231
							0,617
N	5396	5396	5396	5396	5396	5396	5396
R2	0,790	0,790	0,794	0,790	0,791	0,790	0,790
SE do Modelo	7,270	7,260	7,190	7,270	7,250	7,270	7,260

***<0,01**<0,05*<0,1

Na comparação com os resultados anteriores, vemos que IDH-M não tem mais efeito, e que % de pentecostais, % de não-branco, do PIB municipal e da dependência do setor público passam a ser significativas com sinal negativo.

Prefeituras do PT continuam a ter relação inversa com seu desempenho nacional, e em 2010 o modelo 2 mostra que prefeituras do PMDB não tiveram impacto diferente de 0. O modelo 3, por seu turno, mostra uma relação interessante: em estados onde PT e PMDB eram aliados, municípios governados pelo PMDB tenderam a apoiar menos a plataforma presidencial do PT que cidades governadas por outros partidos. Por seu

turno, nos estados nos quais os partidos estiveram em campos separados, o impacto da prefeitura do PMDB foi positivo.

O modelo 4 mostra que o impacto da posse de prefeituras do PMDB depende de sua performance municipal. Nas cidades onde o partido não elegeu o prefeito, o impacto foi positivo, ainda que com magnitude pequena (0,016); já naquelas onde o partido conquistou o executivo municipal, o efeito foi negativo, -0,041. O modelo seguinte testa o mesmo efeito condicional, mas para prefeituras do PT. Aqui o efeito do termo interativo é nulo, enquanto que o coeficiente significativo da variável %pref_PT mostra que o desempenho do partido em 2010 é relacionado positivamente com os votos municipais de 2008 nas cidades onde o partido não elegeu o prefeito.

Por último, os modelos 6 e 7 dão indicações de que o efeito das prefeituras não é condicional ao tamanho do município. Os modelos de 2010, então, mostram que o efeito de prefeituras do PMDB, quando existe, assume resultados contra-intuitivos, enquanto que o PT continua com uma tendência de relação negativa entre sua performance nacional e municipal.

7. Considerações Finais

As últimas disputas pelo principal cargo de nosso sistema político, a Presidência da República, ocorreram numa dinâmica bipolarizada entre PSDB e PT. Essa configuração, no entanto, convive com um sistema partidário altamente fragmentado no Legislativo Federal e nos níveis subnacionais.

Nessas instâncias, principalmente no nível municipal, destaca-se a presença do PMDB. Algumas visões clássicas da política brasileira destacam a importância do poder local para a política nacional, enquanto alguns estudos recentes afirmam que os partidos são capazes de articulação intra-distritos. Assim, este paper procurou avaliar se a posse de prefeituras desse partido constitui um “recurso” eleitoral para PT e PSDB: esses partidos, ao se coligarem com PMDB, beneficiaram-se da força municipal desse partido?

Os testes empíricos não mostram a existência de forte articulação partidária (intra-coligação, para sermos mais específicos) ou capacidade de mobilização local do PMDB. Enquanto isso, cidades governadas pelo PT tenderam a apresentar efeito negativo na votação nacional do partido, seja em 2006 (fato já notado pela literatura, Zucco, 2008), seja em 2010. O PSDB, por seu turno, apresenta um resultado positivo, ainda que pequeno.

Esses resultados merecem mais avaliações. Futuros trabalhos com outras especificações de modelos e variáveis podem colaborar para a compreensão mais adequada da articulação partidária num país pluripartidário e federativo como o Brasil.

Bibliografia Citada

ABRUCIO, Fernando (1998). Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Departamento de Ciência Política-USP/Hucitec.

AMES, Barry (1994). "The Reverse Coattails Effect: Local Party Organization in the 1989 Brazilian Presidential Election." *American Political Science Review*. 88 (1).

_____ (2003). *Os entraves da democracia no Brasil*. FGV: Rio de Janeiro.

AVELINO, George, BIDERMAN, Ciro, BARONE, Leonardo (2012) "Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil". *Dados*, vol.55, n. 4.

BRAGA, Maria do Socorro. *O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de Competição Política (1982-2002)*. 1. ed. São Paulo: Humanitas / Fapesp, 2006. v. 500. 306p

CARNEIRO, Leandro Piquet e Almeida, Maria Hermínia Tavares de (2008). "Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira". *Dados*, , vol.51, no.2.

CORTEZ, Rafael (2009). *Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro (1989-2006)*. Tese de Doutorado (DCP – USP)

- CORTEZ, Rafael , LIMONGI, Fernando, (2010). “As eleições de 2010 e o quadro partidário”. *Novos Estudos Cebrap*, 88, São Paulo.
- COX, Gary (1997). *Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FERREIRA, Denise Paiva (2002). *PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)*. Editora Alternativa, Goiânia.
- HAGOPIAN, Frances (1996), *Traditional politics and regime change in Brazil*. Cambridge/ New York: Cambridge University Press
- KINZO, Maria D’Alva (1988). *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB*. São Paulo: IDESP.
- LIMA JÚNIOR, O. B. 1993. *A Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola.
- MAINWARING, Scott (2001). *Sistemas partidários em novas democracias: o caso Brasil*. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Mercado Aberto/ FGV.
- MELHEM, Célia S. (1998). *Política de botinas amarelas: o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988*. Editora HUCITEC/ Departamento de Ciência Política (USP).
- MELO, Carlos Ranulfo (2007). “Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema eleitoral brasileiro”. In: MELO, C.R, SAEZ, M.A, A *Democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século XXI*. Editora UFMG, Belo Horizonte.
- NICOLAU, Jairo (1996). *Multipartidarismo e Democracia: Um Estudo Sobre O Sistema Partidário Brasileiro (1985-94)*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- NICOLAU, Jairo. PEIXOTO, Vitor (2007). “Uma Disputa em Três Tempos: Uma Análise das Bases Municipais das Eleições Presidenciais de 2006”. Trabalho apresentado no XXXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu.
- PANEBIANCO, Angelo (2005). *Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo, Martins Fontes.

SADEK, Maria Tereza (1989) . “Eleições 1988: retórica ou rumo pluripartidário”. Lua Nova, n.17.

SINGER, André (2009). “Raízes sociais e Ideológicas do Lulismo”. Novos Estudos Cebrap, 85.

ZUCCO JR, Cesar (2008). The President's `New Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Elections. *Journal of Latin American Studies* (Print), v. 40, p. 22, 2008.

_____ (2010). “Poor Voters vs. Poor Places: Persisting patterns in presidential elections in Brazil”. Mimeo.

_____ (2013) . "When Pay Outs Pay Off: Conditional Cash-Transfers and Voting Behavior in Brazil 2002-2010". *American Journal of Political Science*, no prelo.

_____. "When Pay Outs Pay Off: Conditional Cash-Transfers and Voting Behavior in Brazil 2002-2010", <http://hdl.handle.net/1902.1/20257>

UNF:5:HmkmpEJeRmdQxqqgPhCj2Q== V1 [Version]